



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho

HABEAS CORPUS : 0194458-1
COMARCA : Tracunhaém - Vara Única
IMPETRANTE : Fernando José Alves de Souza, Marcus
Vinicius Carvalho Alves de Souza e Carlos
Arruda Sá
PACIENTE : Valdevino Bezerra de Melo
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho
PROCURADORA : Dra. Eleonora de Souza Luna

029

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. JÚRI. ACUSADO PRONUNCIADO. PEDIDO DE DESAFORAMENTO EM TRÂMITE NESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA. EXCESSO DE PRAZO JUSTIFICADO PARA JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DO JÚRI.

I - Na data em que seria realizado o Júri, foi interposto pedido de desaforamento formulado pelo Ministério Público, tendo a Juíza-Presidente tirado o processo de pauta. Deste episódio até a presente data, decorreram quase 05 (cinco) meses, portanto, dentro da razoabilidade.

II - O constrangimento ilegal decorrente de excesso de prazo só se verifica quando, entre a pronúncia e o julgamento pelo Júri, decorre elevado lapso temporal injustificado.

III - Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos nos presentes autos de Habeas Corpus n° 0194458-1, no qual figura como parte a acima nomeada, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal, do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este julgado.

Recife/PE, 16 de 12 de 2009.

Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho



030

HABEAS CORPUS N°: 0194458-1

COMARCA : Tracunhaém - Vara Única
IMPETRANTE : Fernando José Alves de Souza, Marcus
Vinicius Carvalho Alves de Souza e
Carlos Arruda Sá
PACIENTE : Valdevino Bezerra de Melo
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho
PROCURADORA : Dra. Eleonora de Souza Luna

RELATÓRIO:

Trata-se de *habeas corpus* liberatório, com pedido liminar, impetrado pelos Advogados **FERNANDO JOSÉ ALVES DE SOUZA, MARCUS VINICIUS CARVALHO ALVES DE SOUZA E CARLOS ARRUDA SÁ**, em favor de **VALDEVINO BEZERRA DE MELO**, preso preventivamente pela prática do delito tipificado no art. 121, § 2º, II e IV (homicídio qualificado por motivo fútil e impossibilidade de defesa da vítima) do Código Penal, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Tracunhaém/PE (processo n° 495.2007.000002-3).

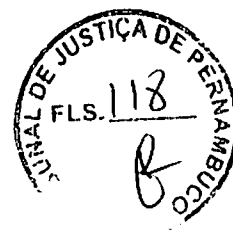
Postulam os impetrantes a liberdade do paciente ao argumento de que o mesmo estaria sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo posterior à Pronúncia em decorrência do pedido de desaforamento n° 0194028-3, que tramita perante a 2ª Câmara Criminal, sob a Relatoria da eminente Desa. Helena Caúla Reis (fls. 02/15).

A inicial veio acompanhada dos documentos de fls. 15/51.

Através de despacho ordenei a remessa dos autos à Distribuição Processual do 2º Grau para fins de



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho



031

redistribuição por prevenção ao relator do Desaforamento
nº 0194028-3 (fls.59/60).

Em despacho de fls. 69, a Des. Helena Caúla Reis entendeu não estar preventa, afirmando que o Pedido de Desaforamento, de nº 0194028-3, foi ajuizado em momento anterior ao presente Habeas Corpus, que foi impetrado em agosto de 2009.

Resolvi por julgar o pleito. Em decisão interlocutória **indeferi** o pedido liminar por estarem ausentes os requisitos para a sua concessão (fls. 74/75).

A autoridade tida por coatora prestou informações às fls. 82/83 noticiando que acolheu pedido de desaforamento formulado pelo Ministério Público, retirando o processo de pauta de julgamento (fls. 80/81).

A Procuradoria de Justiça ofertou Parecer de fls. 107/109, alegando a incompetência deste Juízo para o julgamento do Habeas Corpus e, no mérito, opinou pela denegação da ordem.

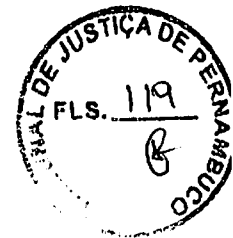
É O RELATÓRIO.

VOTO

Aduz a douta Procuradoria de Justiça que o presente *mandamus* foi dirigido à autoridade incompetente, pois se os impetrantes apontam excesso de prazo decorrente da decisão da suspensão de julgamento, a Terceira Câmara Criminal não teria competência para julgar ato ilegal de autoridade do mesmo nível hierárquico (fls. 108/109).



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho



032

Na verdade, a decisão de Suspensão do Julgamento pelo Tribunal do Júri foi feita por decisão do Juiz monocrático, em 30.07.2009 (fls. 50). Não houve qualquer decisão, neste sentido, da Relatora do Processo de Desaforamento, que só foi recebido pela Diretoria Criminal em 31 de julho de 2009.

A alegação dos impetrantes é de **excesso de prazo posterior à Pronúncia**. A interposição do Pedido de Desaforamento é citado como motivo para a procrastinação do julgamento pelo Tribunal do Júri, ou seja, como mais um elemento para a caracterização do excesso de prazo.

Por todo o exposto, pedindo vênias à douta Procuradoria de Justiça, considero esta Terceira Câmara Criminal como competente para julgar o presente Habeas Corpus.

Conforme relatado, o presente *habeas corpus* foi impetrado pelos Advogados **FERNANDO JOSÉ ALVES DE SOUZA, MARCUS VINICIUS CARVALHO ALVES DE SOUZA E CARLOS ARRUDA SÁ**, relativamente ao processo nº 495.2007.000002-3 a que responde o paciente **VALDEVINO BEZERRA DE MELO** na Vara Única da Comarca de Tracunhaém/PE, pela prática do delito tipificado no art. 121, § 2º, II e IV (homicídio qualificado por motivo fútil e impossibilidade de defesa da vítima) do Código Penal.

Os impetrantes alegam constrangimento ilegal por excesso de prazo posterior à Pronúncia, requerendo, por essa razão, a expedição de Alvará de Soltura em favor do Paciente.

Narra a Denúncia que, por volta das 16h, do dia 20.02.2009, nas proximidades da Padaria "Delícias do Trigo", no Centro de Tracunhaém, o Paciente **VALDEVINO BEZERRA DE MELO**, por motivo fútil resultante de uma pequena discussão de trânsito, utilizando-se de recurso que impossibilitou a defesa da vítima ante a surpresa da ação, assassinou **MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DA**



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho



033

SILVA através de disparos de armas de fogo, tipo revólver (fls. 16/13).

Consta que o Paciente encontrava-se no interior do veículo marca GOL, de cor azul, placa KIM 1404, conversando com ANDRÉ VIEIRA SANTIAGO FILHO, condutor de um veículo GOL, de cor branca, quando a vítima, que dirigia um veículo de marca FRONTIER, acionou a buzina, solicitando passagem.

Após o condutor do GOL BRANCO, ANDRÉ VIEIRA, conceder passagem à vítima, esta e o acusado passaram a se xingar mutuamente.

Ato contínuo o acusado, em seu veículo GOL azul, passou a seguir atrás da vítima MARCOS ANTÔNIO no sentido do bairro "Bairro Novo". Em seguida, ambos desceram de seus respectivos veículos e travaram luta corporal.

Segundos depois, o acusado pegou seu revólver calibre 38, marca "Taurus", o qual estava no banco do motorista de seu carro e efetuou 05 (cinco) disparos contra a vítima, causando-lhe a morte, fugindo em seguida.

Examino:

Informa a Juíza Processante que os autos originários estavam incluídos em pauta para o julgamento em 30.07.2009, às 8h, no entanto, em razão de pedido de desaforamento do Ministério Público, na mesma data, antes da abertura da sessão, a referida magistrada analisou o requerimento ministerial, retirando o feito de pauta, até decisão deste Tribunal de Justiça acerca do deslocamento do Júri - processo nº 0194028-3 - (fls. 80).

O julgamento foi adiado em razão da interposição de requerimento para desaforamento do Júri por fundadas dúvidas quanto à imparcialidade dos jurados, dentro, pois, da legalidade.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho



034

O pedido de desaforamento é legítimo e sendo relevantes os motivos alegados, poderá ser determinada a suspensão do julgamento pelo Júri até análise do mérito (art. 427, § 2º, do CPP). Esse retardo na submissão do acusado perante o Tribunal Popular é justificado pela necessidade da medida.

Não é exato, como afirmam os impetrantes, às fls. 03, que a decisão de Suspensão do Julgamento só poderia ter sido tomada pelo Relator do Pedido de Desaforamento. Na verdade, a medida é útil e, como ensina NUCCI, pode o próprio Juiz monocrático sustar o andamento do feito, aguardando-se a decisão em relação ao Processo de Desaforamento. Completa o doutrinador que somente quando o pleito de Desaforamento é **manifestamente infundado**, proposto somente para provocar o andamento da Sessão do Tribunal do Júri, é que nem o Juiz Presidente nem o Relator devem suspender o julgamento (in "Código de Processo Penal Comentado", Editora Revista dos Tribunais, 8ª edição, 2008, p. 762/763).

O que não é o caso dos presentes autos.

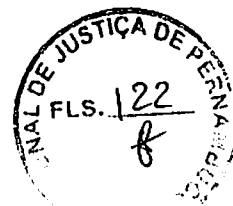
A respeito do excesso de prazo para o julgamento pelo Tribunal do Júri, trago decisão do Superior Tribunal de Justiça:

"STJ: "HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. PRISÃO EM RAZÃO DE PRONÚNCIA. EXCESSO DE PRAZO PARA JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DO JÚRI. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO PELA DEFESA. PEDIDO DE DESAFORAMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO JULGADO PROCEDENTE EM 8 (OITO) MESES. DEMORA JUSTIFICADA. ORDEM DENEGADA.

1. A interposição de recurso em sentido estrito pela defesa e o **requerimento de desaforamento** **aviado pelo Ministério**



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho



035

Público são elementos que justificam a demora para a submissão do paciente ao Tribunal do Júri.

2. (...)

3. Ordem denegada." (sem grifos no original) (HC 67.731/PE, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 18/10/2007, DJ 03/12/2007 p. 367).

Mais a mais, do adiamento do julgamento (30.07.2009) até a data de hoje, decorreram aproximadamente 05 (cinco) meses, portanto, dentro do princípio da razoabilidade.

Como bem se pronunciou a douta Procuradora de Justiça, Dra. Eleonora de Souza Luna:

"O excesso de prazo contado a partir da pronúncia só é considerado quando valorado como abusivo. Não é o caso dos autos. Admite-se o excesso de prazo após a pronúncia quando decorre lapso de tempo elevado entre a pronúncia e o seu julgamento" (fls. 109).

Isso posto, e em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, voto pela **denegação** da ordem.

É como voto.

Recife, 16 de dezembro de 2009.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator